

SEM REVISÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 48.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/04/2025

**SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE
10/04/2025**

BREVES COMUNICAÇÕES

João Daniel (PT - SE) - O Deputado fez um apelo à Mesa Diretora e aos Líderes partidários em defesa do Deputado Glauber Braga, que iniciou uma greve de fome após decisão do Conselho de Ética pela sua cassação. Criticou o processo, que classificou como arbitrário e sem direito à defesa, e afirmou que o Parlamentar foi vítima de ataques do grupo Movimento Brasil Livre (MBL). Além disso, destacou a importância de preservar a democracia e repudiou discursos violentos no Parlamento. Por fim, manifestou solidariedade ao Deputado Glauber Braga e à Deputada Luiza Erundina, e pediu justiça na Comissão de Constituição e Justiça e no Plenário.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado criticou o esvaziamento da sessão e a condução do processo de cassação do mandato do Deputado Glauber Braga pelo Conselho de Ética, classificado como atropelado e injusto. Reclamou da ausência de debate, da falta de defesa do parecer e da antecipação da decisão pelo Relator. Também ressaltou falhas regimentais, omissões do partido denunciante e ausência do Presidente da Casa no dia da votação. Defendeu a atuação ética do Deputado Glauber Braga, denunciou tentativas de silenciamento e afirmou que seguirá lutando pela democracia e contra a impunidade a golpistas.

Padre João (PT - MG) - O Deputado protestou contra o processo de cassação do Deputado Glauber Braga, destacando o rompimento de acordo sobre o horário de início da Ordem do Dia como parte de uma manobra articulada. Manifestou solidariedade ao Parlamentar e defendeu o respeito ao mandato popular. Em seguida, alertou para a falta de transparência no processo de concessão da BR-356 e da MG-262, que atravessam Municípios de Minas Gerais. Reivindicou duplicação, segregação de pistas e audiência pública antes da instalação de pedágios, exigindo garantias de segurança viária e clareza no uso dos recursos provenientes da repactuação com a Vale.

Marcos Pollon (PL - MS) - O Deputado fez um apelo à Direita para que tenha mais unidade, firmeza ideológica e coerência, criticando a desorganização e a falta de identidade de pautas claras entre os conservadores. Elogiou a Esquerda por sua disciplina e consistência em defender temas centrais, como o desarmamento, ao contrário da Direita, que muitas vezes se divide ou cede em pautas fundamentais. Reforçou seu posicionamento contra o Estatuto do Desarmamento, acusando-o de prejudicar o cidadão comum, e defendeu mais integridade e clareza de discurso por parte dos Parlamentares conservadores.

SEM REVISÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 48.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/04/2025

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada criticou o Presidente da Câmara, Hugo Motta, por sua ausência durante a votação do processo no Conselho de Ética contra o Deputado Glauber Braga, que ela classificou como uma perseguição política e uma farsa. Denunciou o que considera um conluio para cassar um mandato legítimo, acusando a Câmara de abrir um precedente perigoso de censura e ataque à democracia. Também apontou a desproporcionalidade das punições do Conselho, lembrando que casos mais graves receberam penas mais brandas. Ao final, reiterou seu apoio a Glauber e sua luta em defesa das liberdades democráticas.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado usou a tribuna para denunciar como uma farsa o processo no Conselho de Ética contra o Deputado Glauber Braga, afirmando que a tentativa de cassação é fruto de uma perseguição política orquestrada pelo Deputado Arthur Lira. Acusou o Relator Paulo Magalhães de desviar o foco da provocação sofrida por Glauber para justificar uma retaliação pessoal e política. Criticou também o Presidente Hugo Motta por se alinhar aos interesses de Lira, apesar de prometer uma gestão democrática. Ao citar casos graves não julgados com o mesmo rigor, como o de Carla Zambelli, apontou a desproporcionalidade e seletividade do Conselho. Finalizou com um apelo ao Plenário para barrar a cassação e reafirmou o apoio a Glauber: "*Glauber fica!*".

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado declarou que votará contra a cassação do Deputado Glauber Braga, defendendo que apenas o povo tem autoridade para retirar um mandato concedido democraticamente. Apesar de divergências políticas com o PSOL, criticou a possível cassação como desproporcional e motivada por vingança política. Lembrou, ainda, que o PSOL apoiou a cassação de Daniel Silveira, sugerindo que agora "prova do mesmo veneno". Para ele, medidas disciplinares alternativas seriam mais justas, pois a reação de Glauber, embora equivocada, foi humana diante de uma provocação. Concluiu reafirmando seu voto por justiça, não por retaliação.

Daniela do Waginho (UNIÃO - RJ) - A Deputada fez um apelo pela proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, destacando os riscos crescentes de violência, assédio e *bullying online*. Criticou a defasagem da legislação brasileira diante desses crimes e defendeu a atualização do Código Penal, maior responsabilização das plataformas digitais e investimentos em órgãos especializados. Elogiou também iniciativas do Ministério da Educação e defendeu campanhas de conscientização para famílias e escolas, afirmindo que proteger a infância é uma missão urgente e inadiável do Parlamento.

ORDEM DO DIA

SEM REVISÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 48.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/04/2025

Paulão (PT - AL) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2021, que aprova o texto do Tratado sobre Extradicação entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Brasília, em 15 de março de 2019.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2021, que aprova o texto do Tratado sobre Extradicação entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Brasília, em 15 de março de 2019.

Paulão (PT - AL) - O Deputado criticou a banalização do discurso político na Câmara, apontando que muitos Parlamentares buscam apenas visibilidade nas redes sociais, em lugarde pautas relevantes para a população. Defendeu a proposta do Presidente Lula de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, destacando os impactos positivos no consumo e na economia local. Defendeu também a tributação de altos salários, acima de R\$ 50 mil, e criticou a autonomia do Banco Central, afirmando que ela favorece o mercado financeiro em detrimento da população.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2021, que aprova o texto do Tratado sobre Extradicação entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Brasília, em 15 de março de 2019.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2021, que aprova o texto do Tratado sobre Extradicação entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Brasília, em 15 de março de 2019.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2021, que aprova o texto do Tratado sobre Extradicação entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Brasília, em 15 de março de 2019.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado pediu a retirada de pauta do item 3 da sessão, devido a uma situação delicada envolvendo a Turquia, criticando a imagem que isso poderia passar ao Brasil por conta do regime do país. Ao confirmar que o item em discussão era o 2, afirmou não haver objeções a ele e informou que, se a sessão fosse encerrada antes do item 3, não apresentaria o requerimento de retirada.

SEM REVISÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 48.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/04/2025

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado solicitou ao Presidente que encerrasse a sessão no item 2, adiando a análise do item seguinte, por não ter tido tempo de apresentar formalmente o requerimento de retirada de pauta. Argumentou que, diante da situação política na Turquia, com protestos populares e perseguição a opositores, uma cooperação militar com aquele país não seria politicamente vantajosa para o Governo brasileiro.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada criticou a inclusão de Projetos de Decreto Legislativo polêmicos na pauta de quinta-feira, destacando que essas votações deveriam envolver matérias de consenso, especialmente considerando o plenário esvaziado. Apoiou a preocupação levantada pelo Deputado Marcel Van Hattem e indicou que, se necessário, o partido poderia apresentar pedido de retirada de pauta, usar tempo de Liderança ou até solicitar votação nominal, buscando clareza sobre o procedimento a seguir.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado concordou com a Deputada Adriana Ventura, destacando que o tema em questão é sensível e não deve ser tratado de forma apressada, principalmente devido ao contexto político da Turquia. Embora não tenha grandes dificuldades com o mérito da questão, ressaltou que gestos internacionais também são importantes, e o momento não seria o mais adequado para aprovação. Por isso, solicitou que a votação fosse postergada e, caso não fosse possível, indicou que utilizariam os instrumentos disponíveis, incluindo obstrução, para se posicionarem sobre o tema.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2024, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Indústria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, assinado em Brasília e Ankara, em 25 de março de 2022.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2024, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Indústria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, assinado em Brasília e Ankara, em 25 de março de 2022. Na oportunidade, argumentou que o atual contexto político turco, marcado por autoritarismo e repressão, torna inadequada a celebração do acordo. Citou a prisão recente de jornalistas e a queda da Turquia em *rankings* de liberdade como sinais da deterioração democrática sob o Governo Erdogan. Embora reconheça que o conteúdo do acordo não seja problemático, afirmou que relações internacionais exigem sensibilidade ao momento político. Por fim, lamentou a rejeição do pedido de retirada de pauta e declarou que o Partido Novo (NOVO) orientaria voto contrário à proposta, em defesa dos princípios democráticos.

SEM REVISÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 48.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/04/2025

João Daniel (PT - SE) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2024, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Indústria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, assinado em Brasília e Ankara, em 25 de março de 2022.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2024, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Indústria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, assinado em Brasília e Ankara, em 25 de março de 2022. Ressaltou que embora reconheça o conteúdo técnico do tratado, o momento de sua aprovação não seria adequado, devido ao caráter autoritário do Governo turco e às recentes denúncias de presos políticos. Também comparou a situação à do Brasil, mencionando perseguições e desigualdades no sistema judicial. Por fim, reforçou que o voto contrário do Partido Novo (NOVO) seria um posicionamento ético, em defesa dos direitos humanos e da democracia.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2024, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Indústria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, assinado em Brasília e Ankara, em 25 de março de 2022.

BREVES COMUNICAÇÕES

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado criticou o Ministro Alexandre de Moraes, acusando-o de abuso de autoridade no caso da prisão de Filipe Martins, ex-Assessor de Jair Bolsonaro. Argumentou que Martins teve sua prisão baseada em dados falsos fornecidos pela Polícia Federal (PF), especificamente por um relatório do delegado Fábio Alvarez Schor. Alegou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já detinha dados de geolocalização que comprovavam que Filipe Martins estava no Brasil na data alegada como justificativa para prisão por risco de fuga, mas, mesmo assim, a prisão foi determinada. Denunciou ainda que o Ministro Moraes se recusa a fornecer esses dados à defesa de Martins, mesmo após solicitação formal, o que demonstraria tentativa de ocultar a verdade. Além disso, afirmou que essa postura não apenas comprometeria a credibilidade da Justiça brasileira, como será alvo de investigação internacional, mencionando que a entrada de Martins nos Estados Unidos teria sido fraudada por autoridades migratórias norte-americanas, possivelmente em articulação com atores brasileiros. Por fim, afirmou que o caso poderia levar à queda de Alexandre de Moraes e dos agentes federais envolvidos, reiterando que os responsáveis por tais abusos de autoridade seriam responsabilizados.



João Daniel (PT - SE) - O Deputado defendeu a democracia e repudiou a proposta de anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF). Contextualizou o cenário político desde o segundo mandato de Dilma Rousseff, passando pelo *impeachment*, a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro, classificando esse período como marcado por retrocessos sociais, autoritarismo e ódio. Explicou que os ataques de 8 de janeiro foram uma tentativa articulada de golpe de Estado, visando impedir a posse de Lula e retomar o poder por vias antidemocráticas. Criticou a proposta da anistia, afirmando que sua aprovação equivaleria a negar a gravidade dos crimes cometidos e a impunidade de seus financiadores e articuladores. Também se solidarizou com o Deputado Gláuber Braga, alvo de processo disciplinar, e concluiu defendendo o fortalecimento da democracia, das instituições e da soberania popular.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada criticou a condução da política educacional no Brasil, destacando o fraco desempenho do país em índices educacionais e a baixa taxa de alfabetização das crianças ao final do 2º ano do ensino fundamental, segundo os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Apontou que o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 não cumpriu 90% de suas metas, mas que, em vez de uma avaliação profunda dos resultados, pretende-se simplesmente criar novas metas. Também condenou o preconceito do Ministério da Educação contra o ensino privado e a distância, enfatizando que o setor EAD é responsável por metade das matrículas no ensino superior e tem papel fundamental na democratização do acesso, especialmente em regiões remotas. Além disso, criticou a instabilidade provocada pelas sucessivas prorrogações de portarias do Ministério que impactam o setor. Defendeu que a busca por qualidade deve ser feita com base em dados e evidências, aplicando os mesmos critérios tanto ao ensino privado quanto ao público. Por fim, afirmou que a educação é o principal caminho para a superação da pobreza e desenvolvimento do país, e que o Brasil precisa investir seriamente na área, como fizeram países como a Coreia do Sul.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada criticou a gestão anterior do Ministério da Educação, relembrando escândalos como o uso de dinheiro vivo, o caso das barras de ouro e a tentativa de descredibilizar universidades públicas. Destacou os avanços promovidos pelo Governo Lula, como a retomada dos investimentos em Institutos Federais (com previsão de construção de cerca de 100 unidades, incluindo dois no DF), o aumento da educação técnica e em tempo integral, além da criação do Programa Pé-de-Meia, que busca combater a evasão escolar com incentivo financeiro a mais de 4 milhões de estudantes. Também criticou o Governo do Distrito Federal por não negociar com os profissionais da educação e por manter uma postura insensível diante das reivindicações da categoria, mesmo com uma assembleia prevista para discutir os rumos da mobilização. Em seguida, denunciou a tentativa do Banco de Brasília (BRB), sob gestão do GDF, de adquirir o falido Banco Master por R\$ 2 bilhões, uma operação com ativos duvidosos e precários, sem

SEM REVISÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 48.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/04/2025

garantia de controle acionário, questionando o interesse do Governador na operação, especialmente por seu histórico como advogado trabalhista. Por fim, apontou incoerências na política fiscal do GDF, que reduziu impostos para os mais ricos, mas se recusa a eliminar o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre a cesta básica, penalizando a população de baixa renda. Concluiu afirmando que não se pode confiar em gestores públicos que desprezam a educação.

André Janones (AVANTE - MG) - O Deputado celebrou a aprovação de proposição de sua autoria, o Projeto de Lei nº 127, de 2024, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, para dispor sobre a criação de um programa de saúde mental voltado à população idosa de baixa renda no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Destacou a importância de retomar o foco da política nacional para o chamado "Brasil real", que enfrenta problemas urgentes, como a solidão e a depressão na terceira idade. Apresentou dados alarmantes, segundo os quais 15% dos brasileiros entre 60 e 64 anos enfrentam depressão, e metade deles se declara solitária. Além disso, a taxa de suicídio entre idosos (8,9 por 100 mil habitantes) é o dobro da verificada entre os jovens. Ressaltou que com a nova lei, o SUS será obrigado a dar prioridade a esse público, ampliando o acesso a psiquiatras, psicólogos, medicamentos e apoio psicossocial. O objetivo não é apenas tratar os sintomas, mas também atacar as causas do sofrimento mental entre os idosos, promovendo sua reintegração à vida comunitária. O Deputado finalizou agradecendo o apoio dos colegas parlamentares pela aprovação da proposta.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado parabenizou a equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Governo Federal em Sergipe pela realização de um mutirão de documentação para mulheres agricultoras rurais. Destacou que a ação, realizada com o apoio de órgãos estaduais e da gestão municipal de Poço Redondo (SE), ocorreu na semana passada nessa cidade e hoje está sendo concluída em Canindé de São Francisco (SE). Concluiu elogiou o trabalho de todos os envolvidos, especialmente o Superintendente do MDA em Sergipe, Roberto Araújo, e os servidores que participaram da iniciativa.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado criticou a situação da segurança pública no Rio de Janeiro, descrevendo o Estado como vivendo uma "guerra civil não declarada", dominado por facções como o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Relatou a ocorrência recente de sequestros de sete ônibus usados como barricadas na Pavuna e na Maré, evidenciando a gravidade da crise. Responsabilizou defensores de políticas de segurança baseadas apenas em assistência social e criticou a ADPF 635, ação impetrada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e acolhida pelo Ministro Edson Fachin, que restringiu operações policiais em

SEM REVISÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 48.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/04/2025

comunidades, supostamente favorecendo a expansão do crime organizado. Também atacou o Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, por afirmar que a polícia prende mal, e acusou o Judiciário de ser conivente com a criminalidade. Por fim, condenou o plano "Pena Justa" do Governo Federal, que incentivaria o desencarceramento em massa, e defendeu uma resposta dura e rigorosa contra criminosos, afirmando que apenas com cadeia, repressão severa e um Judiciário firme será possível reverter o avanço do crime.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado responsabilizou a conivência histórica entre setores do poder político do Rio de Janeiro e o crime organizado pela grave crise de segurança pública no Estado. Afirmou, em resposta aos recentes sequestros de ônibus na Maré e na Pavuna, que o verdadeiro problema não está em decisões judiciais, como a ADPF 635, mas na falta de moral do Governo do Estado para enfrentar o crime. Afirmou que muitos políticos tornaram-se reféns do crime organizado por temerem que "os bandidos abram a boca" e revelem tais pactos. Concluiu dizendo que não basta combater traficantes e milicianos, se não houver também um confronto aos políticos envolvidos com essas estruturas criminosas.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a gestão do Programa Pé-de-Meia pelo Governo Lula, argumentando que, embora concebido com o objetivo nobre de combater a evasão escolar no ensino médio, o programa teria crescido de forma descontrolada e sem critérios claros. Citando aumento de custos de R\$ 7,1 bilhões para R\$ 12,5 bilhões anuais e a ampliação do número de beneficiários de 2,4 para 4 milhões, questionou a eficácia da iniciativa e apontou possível uso político-eleitoral da medida. Destacou ainda reportagens que indicavam número de beneficiários superior ao de matriculados em algumas cidades, como Porto de Moz (PA), e alertou para problemas na estrutura orçamentária do programa, que teria sido criado fora do orçamento regular e com recursos insuficientes previstos para 2025. Além disso, afirmou que o Governo Lula estaria utilizando o Pé-de-Meia como vitrine populista, sem garantir sustentabilidade financeira nem foco adequado no público-alvo. Por fim, defendeu mais transparência, critérios rigorosos e responsabilidade na execução de políticas públicas.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada convocou o Parlamento e a sociedade, em alusão ao mês de março e ao marco dos 30 anos da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, a reavaliar os avanços e persistentes desafios na luta por igualdade de gênero. Relembrou sua participação na conferência de 1995 ao lado das Deputadas Benedita da Silva e Jandira Feghali, ressaltando o compromisso coletivo em manter viva a agenda de justiça e equidade para mulheres e meninas. Destacou conquistas legislativas importantes, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio, a Lei da Igualdade Salarial, entre outras medidas que ampliaram a proteção e os direitos das mulheres no Brasil. Apesar dos avanços, lamentou que as mulheres ainda representem menos de 20% da Câmara e enfrentem desvantagens em diversas esferas, como

SEM REVISÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 48.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/04/2025

mercado de trabalho, violência, pobreza e impactos das mudanças climáticas. Citando estimativa da ONU Mulheres de que a igualdade plena só será alcançada globalmente em cerca de 300 anos, reforçou o apelo à continuidade da mobilização, união e engajamento. Convidou todos a visitarem a exposição no túnel Tereza de Benguela, sob coordenação da Secretaria da Mulher e do Centro Cultural da Câmara dos Deputados, que retrata a trajetória e os desafios ainda existentes. Finalizou homenageando as Parlamentares brasileiras e reafirmando seu compromisso com a luta por equidade e dignidade para todas.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado destacou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 837, de 2022, de autoria do Deputado Pinheirinho, que altera o Código de Processo Civil, para dispor sobre o dever de cooperação entre as partes do processo. Explicou que embora o Código de Processo Civil de 2015 já estabeleça esse dever, a redação atual é genérica e insuficiente; e que o substitutivo aprovado, que também incorporou o conteúdo do Projeto de Lei nº 1813, de 2022, de Rubens Pereira Júnior, detalha as condutas esperadas: ética, lealdade, transparência e boa-fé. Ressaltou que explicitar essas diretrizes combate a litigância de má-fé, valoriza o processo como instrumento de pacificação social e fortalece a confiança da população no Judiciário. Ressaltou que a proposta, aprovada em caráter conclusivo, seguirá para o Senado, salvo recurso ao Plenário. Encerrando, ressaltou que o fortalecimento do dever de cooperação é uma medida técnica e institucional que atende à necessidade de uma Justiça mais célere, acessível e ética.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado defendeu a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil mensais, destacando tratar-se de uma medida de justiça social e compromisso histórico do Presidente Lula. Argumentou que o sistema tributário brasileiro pesa desproporcionalmente sobre os mais pobres e que a proposta corrigiria essa distorção, aumentando a renda disponível das famílias, incentivando o consumo interno e impulsionando a economia. Anunciou ainda que presidirá a comissão especial que irá debater e encaminhar a proposta, prevista para ser instalada na semana de 21 de abril. Enfatizou que o objetivo é construir um sistema tributário mais justo e progressivo, ouvindo a sociedade civil e trabalhadores, e concluiu reafirmando seu compromisso com a justiça social e a dignidade dos que vivem do trabalho.

ENCERRAMENTO